

Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: Nº - 73/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º - 41/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº - 27/2017

Tipo: **MENOR PREÇO** 

**Objeto:** Selecionar propostas para obtenção de REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição eventual e futura de medicamentos para distribuição na farmácia básica municipal – Fundo municipal de Saúde.

	RECIBO
A	Empres retiro
este Edital de Licitação e deseja se	e <mark>r informada d</mark> e qualquer alteração pelo e-ma ou pelo fax , aos
<i></i>	,
PREFE	(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO PELO FAX: (37) 3246.1134 PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.

O PRESENTE EDITAL ESTÁ SUJEITO À EVENTUAIS ALTERAÇÕES, QUE SERÃO DEVIDAMENTE PUBLICADAS DA MESMA FORMA QUE O ORIGINAL, DEVENDO AS EMPRESAS INTERESSADAS ACOMPANHAR, VIA INTERNET, PELO SITE: <a href="www.igaratinga.mg.gov.br">www.igaratinga.mg.gov.br</a> TODO O TRÂMITE LICITATÓRIO, ATÉ A DATA DE ABERTURA DO CERTAME.

O Município de Igaratinga não se responsabiliza por comunicações à empresa que não encaminhar este recibo ou prestar informações incorretas no mesmo. Considerar-se-á válida a CÓPIA FIEL do edital publicado no site da Prefeitura Municipal de Igaratinga. Em caso de licitação na modalidade PREGÃO, as empresas que consultarem esse edital no site do Município de Igaratinga deverão também cumprir todos os requisitos para participação previstos no mesmo.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### NORMAS DA LICITAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA:

**OBJETO -** Selecionar propostas para obtenção de REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição eventual e futura de medicamentos para distribuição na farmácia básica municipal – Fundo municipal de Saúde.

### PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE IGARATINGA, sediada a Praça Manoel de Assis, 272 - Centro – Igaratinga – MG, realizará procedimento de licitação nº - 73/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 41/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 462/2006, subsidiariamente Lei Federal 8.666/1993 e bem como a Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014, legislação correlata e ainda de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e anexos.

Os envelopes contendo a propost<mark>a c</mark>ome<mark>rcial</mark> e documentação de habilitação serão recebidos em sessão pública **às 09:00 horas do dia 10/07/2017**, na sala da Comissão Permanente de Pregão da Prefeitura, à Praça – Manoel de Assis, 272 - Centro – Igaratinga – MG, oportunidade em que serão examinados.

O Edital poderá ser obtido, na íntegra, na Sede da Prefeitura Municipal, Setor de Licitações e Contratos, no endereço acima descrito ou no site da Prefeitura <a href="https://www.igaratinga.mg.gov.br">www.igaratinga.mg.gov.br</a>.

O pregão será realizado pelo Pregoeiro, servidor **Geraldo Fábio de Menezes.** Comporão a Equipe de Apoio os servidores Filipe Oliveira Teles e Marta Aparecida de Faria, podendo ser substituído qualquer servidor designado pela Portaria N.º 343 de 22 de Maio de 2017.

#### 1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto selecionar propostas para obtenção de REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição eventual e futura de medicamentos para distribuição na farmácia básica municipal – Fundo municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA anexo III.





### Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### 2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Pessoas jurídicas do ramo de atividade econômica pertinente e compatível ao objeto deste Edital, devendo observar os art. 48 e 49, Il da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.2 Não poderá participar do presente certame a empresa:
- 2.2.1 concordatária; em processo de falência; sob concurso de credores; em dissolução; ou em recuperação judicial;
- 2.2.2 estrangeira que não funcione no País;
- 2.2.3 com o direito suspenso de contratar com o Município de Igaratinga ou por ter sido declarada inidônea;
- 2.2.4 que esteja cumprindo penalidade que a impeça de participar de licitação junto à Administração Pública Municipal;
- 2.2.5 que possua participação direta ou indireta de sócio, diretor ou responsável técnico que tenha vínculo empregatício com o Município de Igaratinga;
- 2.2.6 em consórcio.
- 2.2.6.1 Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consócio" no Pregão em tela.

#### 3. ENTREGA DOS ENVELOPES

- 3.1 Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".
- 3.1.1. Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação" deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Igaratinga. - Comissão Permanente de Pregão – Praça - Manoel de Assis, 272 - Centro – Igaratinga – MG.

DATA: 10/07/2017

HORÁRIO: 09:00 HORAS

3.1.2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNCIPAL DE IGARATINGA/MG

PREGÃO PRESENCIAL N.º - 041/2017 REGISTRO DE PREÇO Nº: 027/2017

ENVELOPE N.º 1 - PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE:....





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

PREFEITURA MUNCIPAL DE IGARATINGA/MG
PREGÃO PRESENCIAL **N.º - 041/2017**REGISTRO DE PREÇO Nº: **027/2017**ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:.....

3.2. O Município de Igaratinga não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação" que não sejam entregue ao Pregoeiro designada no local, data e horário definidos neste edital.

#### 4. CREDENCIAMENTO

- 41. Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, e será admitido apenas um representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.
- 4.2 O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.
- 4.3 No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social e da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.4 O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo em <u>anexo II,</u> para facilitar sua interpretação.
- 4.5 Deverá ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, por meio de certidão expedida pela Junta Comercial comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio DNRC; ou sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados e ainda declaração de que são beneficiários da Lei Complementar nº 123, de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, e ainda deverá apresentar a declaração conforme modelo constante no Anexo V.

**OBSERVAÇÃO:** A certidão expedida pela junta comercial deverá ser com expedição de no máximo 60 (sessenta) dias.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 4.6 As empresas que não apresentarem as condições previstas nesta cláusula não estarão credenciadas para o presente certame.
- 4.7 Juntamente com o credenciamento, a licitante apresentará a declaração de que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, conforme modelo a seguir, além dos certificados e/ou declarações eventualmente exigidos nos anexos.

DECLARAÇÃO					
A empresa, CNPJ n.º					
declara, sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de					
habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial 041/2017.					
Data e local					
Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal					

- 4.8 Se, após o credenciamento, o representante da Licitante se ausentar da sala em que se realiza a sessão, o processo não será suspenso e caso se faça necessária à participação do mesmo e este estiver ausente, será reputada sua desistência. O retorno posterior do representante ausente não implicará no refazimento dos atos praticados em sua ausência, sendo considerados convalidados.
- 4.9 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.
- 4.10 A licitante vencedora, por ocasião da assinatura da Ata, se desejar ser representada por procurador, deverá apresentar no ato de subscrição instrumento procuratório público ou particular, com firma reconhecida.
- 4.11 As empresas licitantes que optarem em enviar envelopes (correio ou protocolo antes da sessão) para a sessão deverão, obrigatoriamente, apresentar fora dos envelopes de habilitação e proposta financeira os documentos inerentes ao credenciamento, sob pena de serem consideradas descredenciadas e não participarem da sessão.

#### 5. PROPOSTAS COMERCIAIS

5.1 As propostas comerciais serão datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, podendo observar o modelo anexo a este edital, e constarão:

- 5.2 Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e fax da empresa proponente;
- 5.2.1 As propostas deverão ser do tipo **menor preço POR ITEM**, conforme termo de referência.
- 5.2.2 Número do processo e do Pregão para registro de preço.
- 5.2.3 Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: Transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- 5.2.4 Termo de compromisso do licitante, declarando que o objeto do certame será prestado e entregue conforme estipulado no Edital e Termo de Referência;
- 5.2.5 prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelope.
- 5.2.6 Nome do banco, agência e número da conta corrente do licitante.
- 5.3 As propostas poderão ser corrigidas automaticamente pelo Pregoeiro, caso contenham erros de soma e/ou multiplicação, bem como divergências entre o preço unitário e o total do item, hipótese em que prevalecerá sempre o primeiro. Sendo a proposta corrigida pelo representante da empresa, se estiver presente na sessão deverá assinar a proposta, se for o caso.
- 5.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento; MDESENVOLVIMENTO
- 5.5 A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.6 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.7 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 5.8 Os preços serão cotados com três casas decimais. Ex: R\$ 0,001
- 5.9 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço e um laboratório.
- 5.10 O objeto contemplado neste Edital será contratado com quantas empresas forem necessárias para atender todas as solicitações.

### 6 HABILITAÇÃO

- 6.1 Quanto à REGULARIDADE JURÍDICA, a licitante apresentará:
- 6.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 6.1.2 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- 6.1.2 Inscrição do ato constitutivo, n<mark>o c</mark>aso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 6.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.1.4 Os documentos relacionados acima não precisarão constar do envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão. Se as alterações do contrato social, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.
- 6.3 Quanto à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, apresentará:
- 6.3.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- 6.3.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 6.3.3 Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- 6.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e previdenciária (INSS), emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 6.3.5 Prova de inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. " (NR).

#### 6.4 Quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.4.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, a no máximo 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93.

### 6.5 Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, apresentará:

Todos os documentos abaixo descritos deverão ser encaminhados com no mínimo 03 (três) dias de antecedência da abertura do processo licitatório, para o endereço Praça Manoel de Assis, n° 272 – Centro – Igaratinga-MG, conforme relação abaixo, e ainda as páginas deverão ser numeradas de acordo com os itens do termo de referência.

- 6.5.1 Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98, alterado pela portaria 3.765 de outubro de 1998;
- 6.5.2 Autorização de Funcionamento da empresa licitante, expedida pela ANVISA— Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º), Lei Federal n.º 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98, alterada pela portaria 3.765 de outubro de 1998;
- 6.5.3 Quando se tratar de medicamento constante na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial aprovadas pela Portaria n.º 344/99 de 12/05/99 da Vigilância Sanitária do





**Estado de Minas Gerais** CNPJ: 18.313.825/0001-21

Ministério da Saúde, também deve ser apresentado a Autorização Especial de Funcionamento da empresa licitante.

- 6.5.4 Apresentação do CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA do farmacêutico responsável, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia, com prazo de validade em vigor, na data de abertura dos envelopes, conforme exigência da Lei Federal n.º820/60 (art. 24);
- 6.5.5 Além da documentação especificada no subitem 6.5.1 ao 6.5.4 no caso de participação de empresa FABRICANTE, esta deverá, também e obrigatoriamente, anexar a documentação seguinte, sob pena de inabilitação:
- 6.5.6 O Certificado de Registro do medicamento, emitido pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia autenticada da publicação no "Diário Oficial da União" relativamente ao registro do medicamento. Caso o prazo de validade esteja vencido deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação.
- 6.5.7 Além da documentação espec<mark>ific</mark>ada nos subitens 6.5.1 a 6.5.4, no caso de participação de empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS NACIONAIS deverá, também e obrigatoriamente, ser anexada à documentação seguinte, sob pena de inabilitação:
- 6.5.8 O Certificado de Registro do medicamento, emitido pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia autenticada da publicação no "Diário Oficial da União" relativamente ao registro do medicamento, em nome da empresa fabricante. Caso o prazo de validade esteja vencido deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado do semestre anterior ao do vencimento, na forma do artigo 14, parágrafo 6º do Decreto Federal nº 79.094/77.
- 6.5.9 Além da documentação especificada nos subitens 6.5.1 a 6.5.4, no caso de participação de empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS FABRICADOS NO **EXTERIOR** Ε **EMPRESA** DISTRIBUIDORA IMPORTADORA MEDICAMENTOS FABRICADOS NO EXTERIOR deverá, também е obrigatoriamente, ser anexada a documentação seguinte, sob pena de inabilitação:
- 6.5.10 Certificado de Registro do medicamento, emitido pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia





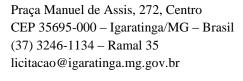
Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

autenticada da publicação no "Diário Oficial da União" relativamente ao registro do medicamento, em nome da empresa fabricante. Caso o prazo de validade esteja vencido deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado do semestre anterior ao do vencimento, na forma do artigo 14, parágrafo 6º do Decreto Federal nº 79.094/77.

6.5.11 As exigências contidas nos subitens 6.5.1 a 6.5.8 atendem àquelas formuladas pela Lei Federal n. 6.360 de 23/09/76, pelo Decreto Federal n.º 79.094/77, pela Lei Federal n.º 9.782/99, pela Portaria Federal nº 2.814/GM, de 29/05/98 alterada pela Portaria nº3.765 de 20/10/98 do Ministério da Saúde, pela Resolução RDC nº 25 de 09 de dezembro de 1999 e pela Resolução nº 460 de 14 de setembro de 1999, cujos documentos deverão estar com prazo de validade em vigor.

6.6 Juntamente com os documentos referidos nesta cláusula será apresentada, para fins de habilitação, declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal; e declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei. As declarações obedecerão aos modelos a seguir:

DECLARAÇÃO
A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal e inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, <b>Pregão Presencial nº 041/17, Processo Licitatório nº 073/17.</b>
Data e local
Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal







Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

DECLARAÇÃO
A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei, <b>Pregão presencial nº 041/17, Processo Licitatório nº 073/17.</b>
Data e local
Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal.

- 6.7 O Certificado de Registro Cadastral CRC emitido pelo Município de Igaratinga/MG e com a validade em vigor, substitui os documentos exigidos nos itens anteriores deste Edital para habilitação, nos itens 6.1 e 6.3.
- 6.8 Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros, mesmo que estejam com a validade expirada.
- 6.9 Da habilitação de microemp<mark>res</mark>as e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- 6.9.1 A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 6.9.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.9.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(CINCO) dias úteis, cujo termo inicial correspondente ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, prorrogados por igual período a critério da administração. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.
- 6.9.4 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
- 6.9.5 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do item 8, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

- **6.10** Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- **6.10.1 -** se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;
- **6.10.2** se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
- **6.10.3** se o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
- **6.10.4** serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitido somente em nome da **matriz.**
- 6.11 Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
- 6.12 Os documentos mencionados <mark>no item 06 n</mark>ão poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

#### 7 SESSÃO DO PREGÃO

- 7.1 Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes de proposta comercial dos licitantes, cadastrando-as no sistema.
- 7.2 Após o cadastramento dos valores de cada empresa participante, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO para os lances, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes.
- 7.3 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS
- 7.3.1 Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- 7.3.2 O autor da oferta de menor preço e o das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela serão classificados para participarem dos lances verbais.
- 7.3.3 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no artigo anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

(três), quaisquer que sejam os preços oferecidos, para que seus autores participem dos lances verbais. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

#### 7.4 LANCES VERBAIS

- 7.4.1 Aos licitantes classificados e presentes na sessão será dada a oportunidade para disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.
- 7.4.2 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 7.4.3 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os valores praticados no mercado, esta poderá ser aceita.
- 7.4.4 Se duas ou mais propostas, em abso<mark>luta</mark> igualdade de condições, ficarem empatadas, o sistema classificará o<mark>s licitantes e</mark>m ordem alfabética para definir a ordem de apresentação dos lances.

# PREFEITURA DE

#### 7.5 JULGAMENTO

- 7.5.1 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço POR ITEM.
- 7.5.2 O objeto contemplado neste Edital será contratado com quantas empresas forem necessárias para atender todas as solicitações.
- 7.5.3 Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao Pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.
- 7.5.4 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá a abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital.
- 7.5.5 Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital para habilitação, o licitante será declarado vencedor.
- 7.5.6 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

- 7.5.7 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um melhor preço.
- 7.5.8 Atendendo aos termos da Lei Complementar nº123/2006, de 14/12/2006, após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja igual ou até 5%(cinco por cento)superior à proposta mais bem classificada.
- 7.5.9 Para efeito do disposto no item 7.5.8, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.5.10 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 05(cinco) minutos, após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- 7.5.11 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma de subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.5.8, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.5.12 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem7.5.8, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.5.13 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 7.5.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.5.14 O disposto no subitem 7.5.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresas ou empresa de pequeno porte.
- 7.5.15 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou do procedimento em caso de empate, conforme disposto neste item, será verificada a conformidade entre menor lance e o valor estimado para a contratação.
- 7.5.16 Caso não sejam apresentadas lances, serão verificadas a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação, e a ocorrência mencionada no item 7.5.8.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

7.5 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, membros da equipe de apoio e licitantes presentes na No horário e local indicado no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

#### 8 RECURSOS

- 8.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.2 O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.3 O acolhimento de recurso importar<mark>á a</mark> invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso.
- 8.5 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis pela Administração.
- 8.6 O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.
- 8.7 Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o aceite do produto pelo Setor Requisitante.
- 8.8 Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:
- serem datilografados ou digitados e devidamente fundamentado;
- serem assinados por representante legal do licitante;
- serem devidamente protocolados na Seção de Licitação, situada na Praça –
   Manoel de Assis 272, Centro, Igaratinga MG.

### 9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 9.1Encerrada a seleção e ultrapassada a eventual fase recursal, com a indicação do licitante vencedor, o Pregoeiro adjudicará a este o objeto da licitação.
- 9.2 Verificada a regularidade dos atos e a realização do interesse público, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/1993, e suas alterações a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 9.3 Será adjudicada a todos os licitantes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado e serão convocados para assinar a ata de registro de preços.
- 9.4 O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

### 10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para firmar a ata de registro de preço conforme minuta em anexo.
- 10.2 A vigência do presente inicia-se a partir do recebimento da convocação acima referida limitando-se a vigência da presente ata de registro de um ano.
- 10.3 O adjudicatário deverá c<mark>om</mark>prov<mark>ar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar a ata de registro de preços.</mark>
- 10.4 Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura da ata de registro de preços, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 10.5 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura da ata de registro de preços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 10.6 Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 10.7 Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.
- 10.8 As entregas serão efetuadas de acordo com a nota de autorização de fornecimento e expedição do empenho, no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 10.9 A obrigação de fornecimento apenas estará caracterizada após o recebimento pela DETENTORA das solicitações das Secretarias requisitantes (Nota de Autorização de Fornecimento).
- 10.10 A DETENTORA estará obrigada a atender diariamente a todas as ordens de fornecimento expedidas durante a vigência da presente ata de registro de preço.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 10.11 Poderá ser concedido prazo, por mera liberalidade do Município de Igaratinga, para a entrega dos materiais que a DETENTORA não dispuser no estoque, não podendo exceder às 48 (quarenta e oito) horas.
- 10.12 A Nota de Autorização de Fornecimento deverá ser enviada via fax/e-mail, devidamente assinada pelo responsável, com a quantidade e especificação dos produtos pretendidos.
- 10.13 A DETENTORA ao receber a nota de autorização de fornecimento deverá dar recibo e devolver via fax/e-mail e terá o prazo de 10 (dez) dias para entrega dos produtos.
- 10.14 Por ocasião de cada fornecimento, a DETENTORA deverá observar rigorosamente as especificações técnicas do produto, que deverá ser entregue em total acordo para com o produto solicitado, sendo vedada a substituição por outro qualquer.
- 10.15 A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais e também arcar com todos os encargos de sua atividade, seja eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### 11 DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 11.1 Os valores constantes dos prod<mark>utos poderã</mark>o ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II "d" da Lei Federal 8.666/93.
- 11.1.1 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

#### 12 - DA ATA E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1 Homologada a presente licitação, o Município de Igaratinga, lavrará documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com os preços das propostas classificadas em primeiro lugar, devidamente registrados, antecedente ao contrato expectativa de fornecimento destinado a subsidiar o Sistema de controle de Registro de Preços, o qual terá validade de 01 ano a partir da data de sua assinatura.
- 12.2 A ata de registro de preços será lavrada em 03 (três) vias devendo uma ser juntada ao processo que lhe deu origem, ao setor de contabilidade e à empresa vencedora.
- 12.3 A ata de registro de preços poderá ser usada por todos os órgãos da Administração direta e autárquica do Município, a qual terá validade não superior a 01 ano.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### 13 - CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Em razão da aceitação de sua proposta e pelo presente instrumento, a DETENTORA, sob o regime de sua exclusiva responsabilidade, obriga-se a fornecer ao MUNICÍPIO **os produtos**, conforme descritos em sua proposta de preços, dos itens, quantidades e preços, homologados pelo Prefeito Municipal.

**Parágrafo Único:** os materiais ora referidos serão entregues ao MUNICÍPIO de acordo com sua necessidade, não podendo ultrapassar a quantidade máxima estipulada, mas podendo ser adquiridas em menor quantidade, sendo que a DETENTORA terá somente a expectativa de aquisição.

- 13.2 Em caso da licitante detentora não assinar a ata, não assinar a nota de empenho no prazo estabelecido, reservar-se-á ao Município de Igaratinga, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, ou revogar a licitação, independente das sanções previstas para a licitante vencedora neste edital.
- 13.3 Até a assinatura da Ata, a proposta da licitante detentora poderá ser desclassificada se o Município de Igaratinga, tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.
- 13.4 Ocorrendo à desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, o Município de Igaratinga, poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002.
- 13.5 A ata a ser firmada em decor<mark>rência desta</mark> licitação poderá ser cancelada a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.6 A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada à documentação comprobatória que justifiquem quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito da Prefeitura Municipal de Igaratinga e desde que não afete a boa execução da ata de registro de preços.

TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO

#### 14 - DO GESTO E FISCAL DA ATA DE REGISTRO

- 14.1 GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
- 14.1.1 O Gestor da ata de registro de preços será o Secretário Municipal de Saúde o Senhor Marcelo Soares Ferreira e a fiscal a Senhora Leila Bastos Gomes.
- 14.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
- 14.2.1 Organizar a Ata de Registro de Preço, apostilas e os termos aditivos;
- 14.2.2 Controlar o prazo de vigência e execução;
- 14.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)
- 14.2.4 Analisar proposta de prorrogação;
- 14.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;

PREFEITURA DE IGARATINGA
TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 14.2.6 Manter atualizado os valores das mercadorias com aditivos e supressões.
- 14.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
- 14.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- 14.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 14.3.3 Receber provisoriamente as mercadorias;
- 14.3.4 Analisar a qualidade e quantidade dos materiais;
- 14..3.5 Propor e sanções cabíveis;

### 15 – DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- **15.1** O objeto do presente certame será entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias após a NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência (anexo III) e documentação deste pregão.
- **15.2** De acordo com a legislação o contratado é obrigado a entregar os medicamentos de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante.
- 15.3 Os MEDICAMENTOS deverão ser entregues diretamente no local indicado: Rua José Ferreira de Faria 62 Centro, Igaratinga-MG, junto a Farmácia Municipal, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento, com prazo de validade nunca inferior a 01 (um) ano do prazo de validade.
- **15.4** Deverá ser entregue exatamente o que foi pedido na Nota de Autorização de Fornecimento, expedido pela Prefeitura quanto ao volume contido nos frascos, a concentração, facilidade e segurança para manuseio, nº de unidade por embalagem, nome comercial.
- **15.5** O número do registro do medicamento junto ao Ministério da Saúde deverá ser o mesmo das embalagens.
- **15.6** A licitante vencedora deverá comprometer-se a entregar a mercadoria de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante, com prioridade no atendimento, tendo em vista o interesse público.
- **15.7 -** A entrega será parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ocorrer o fornecimento após sua solicitação.
- **15.8 -** Não serão permitidas na entrega, a substituição dos produtos ofertados, quer em função de outra especificação, outras marcas, etc.
- **15.9** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:
- a) se disser respeito á especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

b) se disser respeito á diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

#### 15.10 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO:

- **15.10.1 PROVISORIAMENTE**: para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com as especificações, sendo feito imediatamente no recebimento.
- **15.10.2 <u>DEFINITIVAMENTE</u>**: após a verificação dos serviços e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 15.11 O Município de Igaratinga MG reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações descritas em anexo, podendo cancelar a ata ou documento semelhante e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.
- 15.12 A Detentora é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, os produtos em que se verificarem irregularidades.
- 15.13 O objeto do presente certame poderá ser solicitado após a NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência e documentação deste pregão e após a assinatura da ata de registro de preço.
- 15.14 Todas as observações que o <mark>licitante precis</mark>a saber para ofertar o objeto da presente licitação estão descritas no Termo de Referência, e nos anexos deste edital.
- 15.15 De acordo com a legislação A DETENTORA é obrigado a executar o objeto de acordo com as especificações designadas neste instrumento convocatório.
- 15.16 Todas as despesas diretas e indiretas, tais como: impostos, taxas, previdenciárias, correrão por conta da Detentora licitante vencedora.
- 15.17 Os itens listados no termo de referência, parte integrante deste edital, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço. A licitante para a qual forem adjudicados itens constantes deste termo e for convocada para a assinatura da ata, obterá apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o término da vigência contratual. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o material constante do termo de referência. O Município de Igaratinga MG não se responsabilizará por prejuízos financeiros.

#### **16 DO PAGAMENTO**

16.1 O Município de Igaratinga efetuará o pagamento com **30 (trinta) dias** após a aprovação do Requisitante com a entrega dos medicamentos, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 16.2 O licitante detentor deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social em dia.
- 16.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

### 17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 A DETENTORA da ata de registro de preço que descumprir total ou parcialmente o objeto celebrado com a Administração Pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, e suas alterações, obedecidos os seguintes critérios:
- **17.1.1 advertência** utilizada como comunicação formal, ao **fornecedor**, sobre o descumprimento da Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a **determinação** da adoção das necessárias medidas de correção;
- 17.1.2 multa deverá ser prevista no instrumento convocatório, observados os seguintes limites máximos:
- a) 0,3% (três décimos por cento) p<mark>or d</mark>ia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da Nota de autorização emitida;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto contratado, na hipótese da contratada injustificadamente, desistir da execução do contrato ou der causa á sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste termo, quando o Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- **17.1.3 suspensão** temporária de participação em licitação e **impedimento** de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações;
- **17.1.4 declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 17.2 As penalidades de **advertência** e **multa** serão aplicadas de ofício ou por provocação, pela autoridade competente expressamente nomeada no instrumento convocatório.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 17.3 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos, constantes deste edital.
- 17.4 As sanções previstas nesta Clausula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 17.5 A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:
- 17.5.1 retardarem a execução do pregão;
- 17.5.2 demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e:
- 17.5.3 fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

### 18 IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 18.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. A impugnação deverá ser protocolada no seguinte endereço: Praça Manoel de Assis 272, Centro, Igaratinga MG.
- 18.2 Caberá ao Pregoeiro decidir <mark>a petição impugn</mark>atória no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 18.3 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

### 19 DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 19.1 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de Dotações Orçamentárias nºs e correlatas para o exercício seguinte: 07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-359
- 07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.32.00-619 e correlatas de 2018.

### **20 DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 20.1 Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 20.2 A empresa DETENTORA se responsabilizará pelo seu custo direto e indireto para atender o objeto licitado.
- 20.3 Caberá ao Município de Igaratinga, através de sua unidade de compras, proceder à atualização dos dados dos fornecedores constantes do Cadastro Geral de Fornecedores sob a sua responsabilidade.
- 20.4 A atualização deverá ocorrer sempre que houver modificação das situações de fato enunciadas nos documentos que integram o cadastro e, nas hipóteses de certidões, quando expirado seu prazo de validade.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 20.5 Caberá ao licitante interessado fornecer, quando solicitado pelo Município de Igaratinga, os documentos necessários à atualização a que se refere o item anterior, quando tal providência não poder ser cumprida de ofício.
- 20.6 O Município de Igaratinga deverá aproveitar os documentos apresentados pelos licitantes interessados em processos licitatórios para promover a atualização do cadastro.
- 20.7 Será dada vista aos proponentes interessados tanto das propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.
- 20.8 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 20.9 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 20.10 É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.
- 20.11 A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 20.12 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.
- 20.13 Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor da Administração Municipal de Igaratinga, ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial. Todos os documentos (cópias Xerox) que vierem para autenticação por servidor público, deverão vir acompanhadas de seus originais para averiguação de sua autenticidade, não sendo admitido cópia autenticada por tabelião, como original, para autenticação por servidor público.
- 20.14 O presente edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos na Prefeitura Municipal de Igaratinga à Praça Manoel de Assis, 272 Centro Igaratinga MG, ou pelo Site <a href="www.igaratinga.mg.gov.br">www.igaratinga.mg.gov.br</a>.
- 20.15 As informações complementares sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, no horário de 08:00 às 11:00 horas ou de 12:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (37) 3246- 1134 e Fax (37) 3246-1404.
- 20.16 As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca





**Estado de Minas Gerais** *CNPJ*: 18.313.825/0001-21

de Para de Minas/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Prefeitura Municipal de Igaratinga, MG, 21 de Junho de 2017.

Geraldo Fábio de Menezes Pregoeiro

Visto;

Renato de Faria Guimarães Prefeito Municipal



IGARATINGA

TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO





**Estado de Minas Gerais** *CNPJ:* 18.313.825/0001-21

### **ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
Telefone/Fax	
E-mail para contato	
Nome do Signatário	
(para assinatura do contrato)	
Estado Civil do Signatário	
Identidade do Signatário	
Nacionalidade do Signatário	
CPF do Signatário	
Endereço do signatário	
ITEM – conforme especificação técnica do Termo de Referência.	VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL (R\$)
Prazo de Validade da Proposta	DATINGA
Local de Entrega  Prazo de entrega	O TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO
Procedência do objeto	
Marca do Produto/laboratório	
destino e quaisquer outros ônus que l	ncontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente odas as normas deste edital e seus anexos.
Observações	
Local e Data	
Assinatura do Responsável	





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

#### **ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO**

### **PROCURAÇÃO** , CNPJ n.º <sub>-</sub> A (nome da empresa) \_\_\_ \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(s) diretor(s) ou sócio(s), com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Município de Igaratinga/MG (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão n.º 41/2017 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindolhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e, em especial, para, se for o caso de apenas uma licitação. Local, data e assinatura Contratada (obs: RECONHECER FIRMAS)

TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

#### **ANEXO III**

### TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº - 070/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº - 041/2017 REGISTRO DE PREÇO Nº - 027/2017

I – OBJETO: Selecionar propostas para obtenção de REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição eventual e futura de medicamentos para distribuição na farmácia básica municipal – Fundo municipal de Saúde, descritos e especificados neste Termo de Referência:

#### II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

2.1 O pedido se refere à aquisição medicamentos para atender a demanda na distribuição na Farmácia Básica Municipal.

### III – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, EXPECTATIVA DE AQUISIÇÃO:

Item	Quant.	Unid.	Pescrição EITURA DE	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	30.000	СР	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	67		
02	5.000	CP	ÁCIDO FÓLICO 5MG			
03	1240NSF	6RMA	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	OLVIME	ENTO	
04	1.500	CP	ALOPURINOL 100MG			
05	1.500	CP	ALOPURINOL 300MG			
06	3.000	СР	AMIODARONA 200MG			
07	3.000	СР	AMOXICILINA + CLAVULANATO CPR 500MG			
08	120	СР	AMOXICILINA + CLAVULANATO SUSP. 250MG			





# **Estado de Minas Gerais** CNPJ: 18.313.825/0001-21

250-12	1902		
09	6.300	СР	AMOXICILINA 500MG
10	500	СР	AMOXICILINA SUSP.
11	15.000	СР	ANLODIPINO 10MG
12	15.000	СР	ANLODIPINO 5MG
13	10.000	СР	ATENOLOL 50MG
14	1.000	СР	AZITROMICINA 500MG CPR
15	200	СР	AZITROMICINA SUSP.
16	100	СР	BENZETACIL 1.200.000 INJ.
17	20.000	СР	CAPTOPRIL 25MG
18	3.000	CP	CARBONATO DE CÁLCIO 1.250MG =
			500MG DE Ca+ elementar
19	3.600	СР	CARVEDILOL 3,125MG
20	3.600	СР	CARVEDILOL 12,5MG
21	1.200	СР	CIPROFLOXACINO 500MG
22	1.500	СР	CL. VERAPAMIL 80MG
23	100	СР	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY
			NASAL
24 ⊺	<b>500</b> \SF	CRMA	DEXAMENTASONA CREMEDESENVOLVIMENTO
25	1.000	СР	DEXCLORFENIRAMINA 2MG CPR
26	300	СР	DEXCLORFENIRAMINA XPE.
27	2.000	СР	DIGOXINA 0,25MG
28	5.000	СР	DIPIRONA COMPRIMIDOS 500MG
29	500	СР	DIPIRONA GOTAS
30	5.000	СР	ENALAPRIL 10MG
	1		ı l





# **Estado de Minas Gerais** *CNPJ:* 18.313.825/0001-21

30-12	1962			
31	20.000	СР	ENALAPRIL 20MG	
32	500	СР	ERITROMICINA CPR 500MG	
33	10.000	СР	ESPIRONOLACTONA 25MG	
34	6.000	СР	GLIBENCLAMIDA 5MG	
35	20.000	СР	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	
36	6.000	СР	IBUPROFENO 600MG	
37	300	СР	IVERMECTINA 6MG	
38	1.200	СР	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG	
39	2.610	СР	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG	
40	3.600	СР	LEVOTIROXI <mark>NA SÓDICA 2</mark> 5MG	
41	3.600	СР	LEVOTIROXI <mark>NA SÓDICA</mark> 50MG	
42	3.600	СР	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MG	
43	1.500	СР	LORATADINA CPR	
44	100	СР	LORATADINA XPE	
45	20.000	CP	LOSARTANA 50MG	<b>\</b>
46 ⊤	15,000	CRMA	METFORMINA 850MG EM DESENVOLVIMENTO	)
47	15.000	СР	METILDOPA 250MG	
48	200	СР	METOCLOPRAMIDA GOTAS	
49	1170	СР	METOPROLOL 50MG	
50	100	СР	MICONAZOL CREME VAG.	
51	3.000	СР	MONONITRATO ISOSSORBIDA 40MG	





# **Estado de Minas Gerais** *CNPJ*: 18.313.825/0001-21

200-12	1902	1	
52	20.000	СР	OMEPRAZOL 20MG
53	5000	СР	PARACETAMOL 500MG
54	100	СР	PREDNISOLONA 1MG/ML SUSP.
55	3.000	СР	PREDNISONA 05MG
56	3.000	СР	PREDNISONA 20 MG
57	10.000	СР	PROPRANOLOL 40MG
58	3.000	СР	RANITIDINA 150MG
59	600	СР	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL
60	400	СР	SALBUTAMOL AEROSOL 100 MCG
61	3.000	СР	SINVASTATINA 10 MG
62	3.000	СР	SINVASTATINA 40 MG
63	2.000	СР	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA
			(400/80) CPR
64	5.000	CP [	SULFATO FERROSO CPR (40MG
			Fe+ elementar)
65	6.500	СР	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG
66	8.000	CP	AMITRIPTILINA 25 MG
67 ⊺	F5:000 F	CRMA	BIPERIDEN@2MGO EM DESENVOLVIMENTO
68	12.000	СР	CARBAMAZEPINA 200 MG
69	100	Frasco	CARBAMAZEPINA SUSP.
70	5.000	СР	CLOMIPRAMINA 25 MG
71	150	Frasco	CLONAZEPAN GOTAS
72	3.000	СР	CLOPROMAZINA 100 MG
73	12.000	СР	DIAZEPAN 10 MG
L	1	1	





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

74	6.000	СР	FENITOÍNA 100 MG		
75	10.000	СР	FENOBARBITAL 100 MG		
76	20.000	CPS	FLUOXETINA 20 MG		
77	5.000	СР	HALOPERIDOL 5 MG		
78	50	Frasco	HALOPERIDOL GTS 2 MG/ML		
79	10.000	СР	IMIPRAMINA 25 MG		
80	1.200	СР	NORTRIPTILINA 25 MG		
81	150	Frasco	VALPROATO DE SÓDIO SUSP.		

### IV - AVALIAÇÃO DE CUSTOS:

4.1 A divulgação do orçamento como anexo do edital é facultativo da Administração, pois, a teor do disposto no inciso III do artigo 3º da Lei Federal 10.520, de 2002, sendo que o orçamento está disponível nos autos para averiguação de todos os licitantes interessados.

#### V - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 O critério de julgamento será o de menor preço, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### VI – DISPONIBILIDADE ORCAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

6.1 O desembolso se fará mediante as rubricas das dotações orçamentárias nºs: 07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-359,07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.32.00-619 e correlatas de 2018 ocorrendo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado para o Órgão, conforme Estimativa Orçamentária e Financeira, emitida pelas áreas competentes, devidamente autorizada pelo Sr. Prefeito, juntada aos autos.

#### VII – DO GESTOR E FISCAL DA ATA DE REGISTRO

7.1 GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1.1 O Gestor da ata de registro de preços será o Secretário Municipal de Saúde o Senhor Marcelo Soares Ferreira e a fiscal a Senhora Leila Bastos Gomes.

7.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.2.1 Organizar a Ata de Registro de Preço, apostilas e os termos aditivos;

7.2.2 Controlar o prazo de vigência e execução;

7.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 7.2.4 Analisar proposta de prorrogação;
- 7.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;
- 7.2.6 Manter atualizado os valores das mercadorias com aditivos e supressões.
- 7.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
- 7.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- 7.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 7.3.3 Receber provisoriamente as mercadorias;
- 3.3.4 Analisar a qualidade e quantidade dos materiais;
- 3.3.5 Propor e sanções cabíveis;

# VIII – PRAZO DE EXECUÇÃO, LOCAL DE ENTREGA, CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO.

- 8.1 O objeto do presente certame ser<mark>á entreg</mark>ue no prazo máximo de 10 (dez) dias após a NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência (anexo III) e documentação deste pregão.
- 8.2 De acordo com a legislação o contratado é obrigado a entregar os medicamentos de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante.
- 8.3 Os MEDICAMENTOS deverão ser entregues diretamente no local indicado: Rua José Ferreira de Faria 62 Centro, Igaratinga-MG, junto a Farmácia Municipal, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento, com prazo de validade nunca inferior a 01 (um) ano do prazo de validade.
- 8.4 Deverá ser entregue exatamente o que foi pedido na Nota de Autorização de Fornecimento, expedido pela Prefeitura quanto ao volume contido nos frascos, a concentração, facilidade e segurança para manuseio, nº de unidade por embalagem, nome comercial.
- 8.5 O número do registro do medicamento junto ao Ministério da Saúde deverá ser o mesmo das embalagens.
- 8.6 A licitante vencedora deverá comprometer-se a entregar a mercadoria de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante, com prioridade no atendimento, tendo em vista o interesse público.
- 8.7 A entrega será parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ocorrer o fornecimento após sua solicitação.
- 8.8 Não serão permitidas na entrega, a substituição dos produtos ofertados, quer em função de outra especificação, outras marcas, etc.
- 8.9 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:
- a) se disser respeito á especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- b) se disser respeito á diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 8.10 <u>DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO</u> E DEFINITIVO DO OBJETO:
- **8.10.1 PROVISORIAMENTE**: para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com as especificações, sendo feito imediatamente no recebimento.
- **8.10.2 DEFINITIVAMENTE:** após a verificação dos serviços e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.11 O Município de Igaratinga MG reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações descritas em anexo, podendo cancelar a ata ou documento semelhante e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.
- 8.12 A Detentora é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, os produtos em que se verificarem irregularidades.
- 8.13 O objeto do presente certame poderá ser solicitado após a NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência e documentação deste pregão e após a assinatura da ata de registro de preço.
- 8.14 Todas as observações que o licitante precisa saber para ofertar o objeto da presente licitação estão descritas no Termo de Referência, e nos anexos deste edital.
- 8.15 De acordo com a legislação A DETENTORA é obrigado a executar o objeto de acordo com as especificações designadas neste instrumento convocatório.
- 8.16 Todas as despesas diretas e indiretas, tais como: impostos, taxas, previdenciárias, correrão por conta da Detentora licitante vencedora.
- 8.17 Os itens listados no termo de referência, parte integrante deste edital, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço. A licitante para a qual forem adjudicados itens constantes deste termo e for convocada para a assinatura da ata, obterá apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o término da vigência contratual. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o material constante do termo de referência. O Município de Igaratinga MG não se responsabilizará por prejuízos financeiros.

#### IX - FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1 O Município de Igaratinga efetuará o pagamento com 30 (trinta) dias após a aprovação do Requisitante, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.
- 9.2 O licitante vencedor deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social em dia.

9.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

#### X - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:

10.1 - Será de 12 (doze) meses após a assinatura da ata de registro de preços.

### XI - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 Rege-se o objeto deste Termo de Referência pelos preceitos de direito público, aplicando se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

Igaratinga, 21 de Junho de 2017.

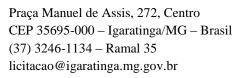
Geraldo Fábio de Menezes

PREF Pregoeiro ADE

GARATICA Marcelo Soares Ferreira

marocio odares i errena

TRANSFORMAN Secretario Municipal de Saude ENVOLVIMENTO







Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

#### ANEXO IV - MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇO № 027/2017

### PREGÃO PRESENCIAL Nº - 041/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº - 073/2017

Aos ...... dias do mês de de 2017, reuniu-se no setor de licitações, situado na Praça - Manoel de Assis, Centro, em Igaratinga (MG), CEP - 35.695-000, o Pregoeiro, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 09 de junho de 1994 e das demais normas legais aplicáveis, em especial a Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal 462/2006 e do Registro de Preço nº 532/2009, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017 -PROCESSO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 073/2017, por deliberação do Pregoeiro, publicada em: no quadro de aviso no hall do prédio da Prefeitura de Igaratinga – MG, protocolado no dia, de de 2017, na imprensa oficial do Estado de Minas Gerais no dia, página e na internet através do site www.igaratinga.mg.gov.br e adjudicada pelo Pregoeiro e equipe <mark>de apoio nomead</mark>a pela Portaria nº 343 de 22 de Maio de 2017. RESOLVEM registrar os precos para aquisição dos produtos constantes nos anexos desta ata, a serem utilizados no Município, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa abaixo qualificada, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, observando as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

Pelo presente Contrato Administrativo de FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE IGARATINGA**, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 18.313.825/0001-21, aqui representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Renato de Faria Guimarães, brasileiro, solteiro, agente político, residente e domiciliado neste Município de Igaratinga.

, pessoa jurídica de Direito privado, inscrito no c	adastro
nacional de pessoa jurídica - CNPJ nº sob o nº, situado na	Av/Rua
– – – Bairro – Município de	–
MG, vencedora e adjudicatária do pregão supra referido, por seu repres	entante
legal, Senhor, CPF nº, doravante deno	minado
simplesmente DETENTORA, resolvem firma o presente instrumento, obje	tivando
registrar os preços dos medicamentos constantes na cláusula primei	ra, em
conformidade com o ajustado a seguir:	

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:





**Estado de Minas Gerais** *CNPJ*: 18.313.825/0001-21

1.1 Constitui objeto da presente Ata, o registro de preço, para o FORNECIMENTO, pela DETENTORA a Prefeitura Municipal de Igaratinga, aquisição eventual e futura de medicamentos para distribuição na farmácia básica municipal – Fundo municipal de Saúde, constantes no termo de referência conforme, edital do pregão presencial nº 041/17 e a proposta da DETENTORA, cujos termos são parte integrante do presente instrumento.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO:

2.1 Os preços registrados são os seguintes : (colocar os preços)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 3.1 O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da CONTRATADA com vistas á manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preço, na forma do art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 3.2 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos da ata de registro de preço.

#### CLAÚSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

4.1 – O prazo de vigência da pr<mark>esen<mark>te a</mark>ta <mark>de r</mark>egistro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.</mark>

# CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA:

- 5.1 O objeto do presente certame será entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias após a NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência (anexo III) e documentação deste pregão.
- 5.2 De acordo com a legislação o contratado é obrigado a entregar os medicamentos de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante.
- 5.3 Os MEDICAMENTOS deverão ser entregues diretamente no local indicado: Rua José Ferreira de Faria 62 Centro, Igaratinga-MG, junto a Farmácia Municipal, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento, com prazo de validade nunca inferior a 01 (um) ano do prazo de validade.
- 5.4 Deverá ser entregue exatamente o que foi pedido na Nota de Autorização de Fornecimento, expedido pela Prefeitura quanto ao volume contido nos frascos, a concentração, facilidade e segurança para manuseio, nº de unidade por embalagem, nome comercial.
- 5.5 O número do registro do medicamento junto ao Ministério da Saúde deverá ser o mesmo das embalagens.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 5.6 A licitante vencedora deverá comprometer-se a entregar a mercadoria de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante, com prioridade no atendimento, tendo em vista o interesse público.
- 5.7 A entrega será parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ocorrer o fornecimento após sua solicitação.
- 5.8 Não serão permitidas na entrega, a substituição dos produtos ofertados, quer em função de outra especificação, outras marcas, etc.
- 85.9 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:
- a) se disser respeito á especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- b) se disser respeito á diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 5.10 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO:
- **5.10.1 PROVISORIAMENTE**: para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com as especificações, sendo feito imediatamente no recebimento.
- **5.10.2 DEFINITIVAMENTE:** após a verificação dos serviços e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.11 O Município de Igaratinga MG reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações descritas em anexo, podendo cancelar a ata ou documento semelhante e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.
- 5.12 A Detentora é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, os produtos em que se verificarem irregularidades.
- 5.13 O objeto do presente certame poderá ser solicitado após a NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência e documentação deste pregão e após a assinatura da ata de registro de preço.
- 5.14 Todas as observações que o licitante precisa saber para ofertar o objeto da presente licitação estão descritas no Termo de Referência, e nos anexos deste edital.
- edital.
  5.15 De acordo com a legislação A DETENTORA é obrigado a executar o objeto de acordo com as especificações designadas neste instrumento convocatório.
- 5.16 Todas as despesas diretas e indiretas, tais como: impostos, taxas, previdenciárias, correrão por conta da Detentora licitante vencedora.
- 5.17 Os itens listados no termo de referência, parte integrante deste edital, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço. A licitante para a qual forem adjudicados itens constantes deste termo e for convocada para a assinatura da ata, obterá apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o término da vigência contratual. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

previamente o material constante do termo de referência. O Município de Igaratinga – MG não se responsabilizará por prejuízos financeiros.

### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 - As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de Dotações Orçamentárias próprias nºs e as correlatas para o exercício seguinte: 07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-359, 07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.32.00-619 e correlatas de 2018.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1 O Município de Igaratinga efetuará o pagamento com 30 (trinta) dias após a aprovação do Requisitante, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.
- 7.2 O licitante vencedor deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social em dia.
- 7.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1 Fornecer o objeto do presente, de acordo com a Nota de Autorização de Fornecimento, expedida pelo Município;
- 8.2 Manter, durante toda a execução da ata de registro de preço, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO
- 8.3 Arcar com todas as despesas decorrentes do cumprimento desta ata, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários e frete.

### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 Efetuar o pagamento do presente instrumento após a apresentação e aceitação e atesto do responsável pela aceitação das mercadorias e emissão de nota fiscal por parte da CONTRATADA e desde que cumpridas as demais exigências e formalidades previstas em lei e nesta ata.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DO CANCELAMENTO

10.1 A Ata poderá ser rescindida, bem como, ser cancelado de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta ata, a qualquer tempo e





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77,78 e art. 79 da Lei Federal 8.666/93.

- 10.2 Poderá ainda a presente ata ser rescindida, desde que motivado o ato e assegurado à DETENTORA o contraditório e a ampla defesa quando esta:
- 10.2.1 venha a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- 10.2.2 for envolvido em escândalo público e notório;
- 10.2.3 quebrar o sigilo profissional;
- 10.2.4 utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao publico e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de Igaratinga.
- 10.3 A nulidade do processo licitatório induz à da presente ata. Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei Federal 8.666/93.
- 10.4 Não aceitar reduzir o seu pr<mark>eço reg</mark>istrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 10.5 for declarado inidôneo p<mark>ara licitar ou cont</mark>ratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 10.6 for impedido de licitar e contrata<mark>r co</mark>m a Ad<mark>ministr</mark>ação nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julh<mark>o de</mark> 2002.
- 10.7 O cancelamento do registro, ass<mark>egu</mark>rados o contraditório e a ampla defesa, for formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 10.8 A DETENTORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

### CLÁUSULA ONZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 11.1 Ao fornecedor que descumprir total ou parcialmente o objeto celebrado com Administração Pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, e suas alterações, obedecidos os seguintes critérios:
- A) advertência utilizada como comunicação formal, ao fornecedor, sobre o descumprimento da Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- B) **multa** deverá ser prevista no instrumento convocatório, observados os seguintes limites máximos:
- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da nota de autorização;
- b)10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto contratado, na hipótese da contratada injustificadamente, desistir da execução do contrato ou der causa á sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste termo, quando o





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

- C) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações;
- D) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 11.2 As penalidades de **advertência** e **multa** serão aplicadas de ofício ou por provocação, pela autoridade competente expressamente nomeado no instrumento convocatório.
- 11.3 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos, constantes deste contrato.
- 11.4 As sanções previstas nesta Cl<mark>ausu</mark>la poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravida<mark>de da infração,</mark> facultada ampla defesa à DETENTORA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

#### **CLÁUSULA DOZE - DA CESSÃO:**

12.1 A DETENTORA não poderá tra<mark>nsferir ou c</mark>eder a ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

### CLÁUSULA TREZE - DO REGIME LEGAL:

13.1 A presente Ata rege-se basicamente pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993 com suas alterações, e pelo Decreto Municipal nº 462/2006.

#### CLÁUSULA QUATORZE - DOS CASOS OMISSOS:

14.1 Para preencher os casos omissos deste ajuste, deverão se utilizados dispositivos da legislação aplicável, bem como normas jurídicas outras adequadas, ressalvado o que se acordou neste ajuste.

#### CLÁUSULA QUINZE - DO COMPROMISSO:

15.1 **A CONTRATADA** obriga-se a atender integralmente as exigências constantes do Pregão Presencial nº 041/2017, passando este a fazer parte integrante desta ata.

#### CLÁUSULA DEZESSEIS - DO GESTOR E FISCAL DA ATA:

16.1 - O Gestor da ata de registro de preços será a Secretário Municipal de Saúde o Senhor Marcelo Soares Ferreira e a fiscal a Senhora Leila Bastos Gomes.

16.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

16.2.1 Organizar a Ata de Registro de Preço, apostilas e os termos aditivos;





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 16.2.2 Controlar o prazo de vigência e execução;
- 16.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)
- 16.2.4 Analisar proposta de prorrogação;
- 16.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;
- 16.2.6 Manter atualizado os valores das mercadorias com aditivos e supressões.
- 16.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
- 16.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- 16.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados:
- 16.3.3 Receber provisoriamente as mercadorias;
- 16.3.4 Analisar a qualidade e quantidade dos materiais;
- 16.3.5 Propor e sanções cabíveis;

#### CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

17.1 As partes elegem como único e competente para dirimir controvérsias daqui decorrentes o Foro da Comarca de Para de Minas/ MG, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acertada<mark>s, a</mark>ssina<mark>m a</mark>s partes o presente instrumento, em três vias, na presença de duas test<mark>emu</mark>nha<mark>s, p</mark>ara os fins de direito.

Igaratinga, de de 2017.

Renato de Faria Guimarães
Prefeito Municipal - CONTRATANTE

**DETENTORA** 

Marcelo Soares Ferreira
Gestor do Contrato ANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO

Leila Bastos Gomes Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:					
1	CPF				
2	CPF				





**Estado de Minas Gerais** *CNPJ*: 18.313.825/0001-21

#### **ANEXO V**

# PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017 REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2017

CNPJ sob o n <sup>o</sup> , por intermédi		no
CNPJ sob o nº, por intermédirepresentante legal Sr.(a), por intermédirepresentante de Identidade nº, insc		seu , CPF
sob o nº		
DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos im do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que requisitos legais para qualificação como:	usufruir	do
( ) Microempresa, ME ou ( ) Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida Lei Complementar n.º 123/2006;	no art. 3º	' da
() Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no a calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados.	inciso II d	
(Assinalar a condição da empresa)		
() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de la pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Compl 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.	lementar o direito	nº. o à
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)		
	e 2017.	
(assinatura do representante legal)		
Nome ou carimbo do declarante: Cargo ou carimbo do declarante: Nº da cédula de identidade: Telefone, fax e e-mail para contato:		
Totolone, tax of than para contacts.		

